



Congresso deve concluir análise de vetos hoje e votar meta fiscal

Em mais de 10 horas de sessão ontem, parlamentares avançaram no exame de vetos e pauta pode ser liberada para votação das metas fiscais de 2017 e 2018

O projeto que muda a meta fiscal para 2017 e 2018 pode ser votado hoje pelo Congresso, depois que senadores e deputados concluírem a análise de 16 vetos presidenciais que trancam a pauta. Metade desses vetos já foram examinados ontem, em 10 horas de sessão acalorada: sete vetos foram mantidos e um foi rejeitado.

O veto rejeitado impedia contratantes de menores aprendizes de matriculá-los em cursos técnicos da área de esportes. Entre os vetos mantidos, estão o

parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, que garantiu ao executivo a possibilidade de contingenciar recursos de programas das Forças Armadas, despesas das agências reguladoras, operações de crédito para população de baixa renda e implantação e funcionamento de universidades criadas a partir de 2016. Também foi mantido o veto a mudanças na medida provisória que criou o Programa Cartão Reforma, entre elas a reserva de 20% dos recursos a famílias da zona rural. **3**



Eunício Oliveira (C) preside a sessão que reuniu deputados e senadores no esforço para liberar a pauta de votações

Roque de Sá/Agência Senado

Comissão Mista de Orçamento aprova novo deficit **3**

Voto distrital misto será analisado hoje pelos senadores **2**

Senado quer saber sobre planos de vender Eletrobras **5**

Comissão vai ouvir ministros sobre privatizações anunciadas

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem requerimentos para ouvir quatro ministros sobre as privatizações de estatais anunciadas

pelo governo federal. Entre os convidados, estão os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. **5**



Hélio José, relator da CPI, e Paulo Paim, presidente, ouvem o deputado Arthur Maia sobre PEC da reforma da Previdência

Waldemir Barreto/Agência Senado

Relator: gastos com a Previdência crescerão muito

O deputado Arthur Oliveira Maia, relator na Câmara da proposta sobre a reforma da Previdência, disse na CPI do Senado sobre o setor que a Previdência gasta hoje 55% do

Orçamento da União e pode passar a gastar 82% até 2024. Ele defendeu as mesmas regras previdenciárias para funcionários públicos e trabalhadores da iniciativa privada. **7**



Tasso Jereissati (à mesa), presidente da comissão, e Lindbergh Farias (D)

Edilson Rodrigues/Agência Senado

STF pode opinar sobre Semana de Resolução de Conflitos

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Edison Lobão, disse que vai conversar com a presidente do STF, Cármen Lúcia, sobre proposta de criação da Semana Nacional da Resolução de Conflitos. Especialistas disseram ontem que há alto grau de satisfação com a abordagem que busca evitar litígio judicial. **8**

ONGs pedem regras para compensações ambientais

Representantes de ONGs ambientais disseram que o Código Florestal não poderá ser posto em prática enquanto não se regulamentarem as cotas de reserva ambiental, títulos que representam a vegetação natural de uma propriedade e podem ser usados para compensar a falta de reserva legal em outra. **6**

Cadastro rural reduz desmatamento, aponta debate



Especialistas elogiam cadastro em audiência dirigida por Jorge Viana (C)

Roque de Sá/Agência Senado

O Cadastro Ambiental Rural, que completa cinco anos em vigor, foi considerado por especialistas, em audiência, como uma ferramenta para combater o desmatamento e ajudar na gestão das florestas. Eles pediram que mais estados passem a adotar normas para regularização ambiental. **6**

Indicados ao Banco Central passam em comissão **4**

Plano Safra para 2017 e 2018 será debatido hoje **5**

Parecer sobre acordo de leniência será votado hoje **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 28/6/2017

Se for aprovada, a proposta de José Serra (em pé) relatada por Antonio Anastasia deverá ir direto para Câmara

Voto distrital misto pode ser analisado hoje em comissão

Proposta em estudo na CCJ determina que, nas eleições para vereador e deputados estaduais e federais, o eleitor votará tanto no candidato do seu distrito quanto no partido da sua preferência

ENQUANTO A REFORMA política é discutida na Câmara, outras propostas ligadas ao mesmo tema estão em andamento no Senado. Uma delas é o PLS 86/2017, que adota o voto distrital misto para as eleições proporcionais. O projeto está na pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de hoje.

Pelo projeto, que é de José Serra (PSDB-SP), numa mesma eleição o eleitor votará duas vezes para vereador e deputados estadual, distrital e federal: no candidato de seu distrito e no partido de sua preferência.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), é a favor da iniciativa, mas apresentou cinco emendas. Enquanto as duas

primeiras procuram corrigir erros de redação, a terceira ajusta a Lei Eleitoral, substituindo a referência inicial “número de eleitores” por “número de habitantes” como critério para a divisão dos distritos.

A quarta emenda elimina o suplente das Câmaras Municipais, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados.

A quinta emenda, por sua vez, estabelece que o voto distrital misto nas eleições para vereador ficará restrito aos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Antonio Anastasia disse em seu relatório que a cidadania não se sente representada no Parlamento pelo sistema atual. Daí viria a demanda por reformar a política, “para que ela deixe de ser o problema e passe a ser parte da solução para a crise brasileira”.

Além do PLS 86/2017, na pauta estão três propostas de emenda à Constituição que também tratam do sistema eleitoral (PEC 61/2007, PEC 90/2011 e PEC 9/2015).

Por ser um projeto de lei ordinária, o PLS 86/2017 tem tramitação mais rápida. Ele terá votação final na CCJ e só irá ao Plenário do Senado se houver recurso de pelo menos um décimo dos senadores.

Para Eunício, Senado fez “dever de casa” ao aprovar fim de coligações

Ao responder um questionamento quanto à demora para se chegar a um acordo sobre a reforma política, em pauta na Câmara, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, lembrou que os senadores já deram a sua contribuição ao tema quando aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição 36/2016, que extingue as coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cria uma cláusula de desempenho para a atuação dos partidos políticos.

— O Senado fez o dever de casa, votou em 2016 a PEC que encaminha bem a reforma política, que são o fim das coligações proporcionais, a cláusula de barreira e o voto distrital para 2020 e 2022. Se aprovarmos isso e criarmos

uma alternativa que não seja um fundo que tira recurso da saúde e da educação, mas sim de dinheiro velho já gasto na política, se fizermos isso já fizemos a reforma política.

Romero Jucá (PMDB-RR) também falou sobre o tema:

— Na questão da eleição parlamentar, o Senado vai apoiar a decisão que a Câmara tomar, porque a eleição para o Senado já é majoritária. O modelo de transição deve ser discutido aqui e definido pelos deputados. É isso que a gente aguarda, e é importante votar o mais rápido possível porque uma emenda constitucional tem que ter o mesmo dispositivo nas duas Casas. Se o Senado modificar, a PEC voltará para a Câmara, então é importante haver prazo para isso.

Parecer sobre Código da Aeronáutica vai a discussão

A comissão especial destinada a examinar o projeto que atualiza o Código Brasileiro de Aeronáutica discute amanhã o relatório sobre a proposta, apresentado pelo senador José Maranhão (PMDB-PB).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 258/2016 atualiza competências e regras administrativas contidas no Código da Aeronáutica, além da garantia

aos direitos do consumidor e empresas prestadoras de serviços aéreos. Conceitos, sanções, participação de capital externo, novas disposições sobre atraso de voos, regras sobre balonismo e ações em caso de acidentes aéreos também estarão contemplados no novo código.

A proposição teve origem em anteprojeto apresentado

por uma comissão de especialistas instituída pela Presidência do Senado em junho de 2015 com esse objetivo. A comissão, que atuou por nove meses, apresentou um anteprojeto com 374 artigos, que foi transformado no PLS 258/2016, a ser analisado pela comissão especial, presidida pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO).

Segundo Jucá, denúncia feita por Janot é “açodada e intempestiva”

Em entrevista coletiva, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, agiu de maneira “açodada e intempestiva” ao apresentar denúncia contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a denúncia, apresentada na segunda-feira, Jucá beneficiou a empreiteira Odebrecht por meio de emendas de interesse da empresa em medidas provisórias, em troca de ajuda financeira ao PMDB de Roraima. A denúncia é baseada em delação premiada de Cláudio Melo Filho, ex-diretor da empreiteira, mas Jucá adverte que a Polícia Federal ainda não concluiu a investigação.

— O processo está na

Polícia Federal. Então, de maneira estranha, açodada e intempestiva, ele apresenta uma denúncia sem receber os autos da própria investigação — disse o senador.

Para Jucá, Janot “até iniciou bem sua gestão”, porém está tendo um fim de mandato “triste, melancólico, lamentável” ao “virar um justiceiro” que busca criminalizar a atividade política no país. Ele acrescentou que outras duas denúncias apresentadas contra ele caíram por inconsistência.

— Andou comentando até sobre meu bigode. Parece que ele desenvolveu uma fixação contra mim — disse o senador, acrescentando que demonstrará “uma vez mais” que não deve nada.

Escolha de relator de denúncia contra Lindbergh será na terça

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto Souza (PMDB-MA), transferiu para terça-feira reunião destinada ao sorteio do relator da denúncia contra Lindbergh Farias (PT-

-RJ). José Medeiros (PSD-MT) pediu a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Lindbergh, acusando o colega de “impedir a continuidade regular” de reunião do conselho.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Radiodifusão

8h30 Entre 21 itens, 16 projetos pela prejudicialidade e outorga de rádios.

CAS Doenças raras

9h Após pauta de 10 itens, instalação de subcomissão sobre doenças raras.

CDR Produtos do Paraguai

9h Na pauta de 8 itens, o PLS 68/2016, que institui o Regime de Tributação Unificada na importação de produtos do Paraguai.

CTFC Acidentes em piscinas

9h O PLC 71/2014, que disciplina a prevenção de acidentes em piscinas, é um dos 10 itens da pauta.

CDH Justiça no mundo

9h Audiência sobre direitos humanos e sistema de justiça em âmbito mundial.

CCJ Conselho do Ministério Público

10h Sabatina de indicados para o CNMP. Logo depois, deliberativa com 40 itens. Entre eles, o PLS 46/2010, que torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas.

CONGRESSO Sessão conjunta

13h Na pauta, apreciação de vetos.

CRA Plano Safra 2017–2018

14h Audiência sobre o Plano Safra.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLS 206/2017, sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

LEI KANDIR Debate

14h30 Audiência interativa sobre a lei.

MP 785/2017 Novo Fies

14h30 A comissão da MP, que altera regras do Fies, faz audiência.

MP 789/2011 Exploração de minerais

14h30 Instalação da comissão da MP, sobre compensação por explorar recurso mineral.

MP 790/2017 Código de Mineração

14h45 Instalação da comissão da MP, sobre o Código de Mineração.

CPI DO BNDES Audiência

15h A CPI faz audiência interativa.

MP 791/2017 Agência de Mineração

15h30 A comissão da MP, que cria a Agência Nacional de Mineração, analisa plano de trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Congresso analisa vetos para votar meta fiscal

Votações de vetos presidenciais serão concluídas hoje para liberar a pauta. Em sessão tensa ontem, senadores e deputados mantiveram sete vetos e rejeitaram um

EM MAIS DE dez horas de debates, o Congresso votou ontem 8 dos 16 vetos presidenciais que trancam a pauta. Por volta das 22h15, devido à falta de quorum, a sessão foi suspensa durante a análise do Veto 14/2017 à MP das Concessões. O exame dos vetos deve ser concluído hoje na sessão que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, convocou para as 13h. A conclusão permitirá a votação do Projeto de Lei (PLN) 17/2017, que prevê aumento do déficit primário em 2017 (de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões) e em 2018 (de R\$ 129 bilhões também para R\$ 159 bilhões).

Dos oito vetos já analisados, um foi rejeitado e sete foram mantidos. Entre os aprovados, está o veto parcial ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 2/2016, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Vários itens do projeto foram vetados, como o dispositivo que previa auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil e os relacionados a recursos que não poderiam ser contingenciados, uma tentativa dos parlamentares de aumentar a lista de despesas prioritárias do Orçamento de 2018.

Assim, ficam agora sujeitas a cortes verbas previstas para ações estratégicas das Forças Armadas. Entre elas, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Também estão sujeitas a cortes despesas com agências reguladoras, operações de crédito destinadas à população de baixa renda e implantação e funcionamento de universidades criadas a partir de 2016. Para o governo, a exclusão de despesas da base "contingenciável" causa rigidez ao gerenciamento das contas públicas. Com o Veto 50/2016, o Executivo segue as regras da Emenda Constitucional 95, que criou o teto de gastos.

Também foi mantido o Veto

10/2017 ao Projeto de Lei de Conversão 2/2017, que criou o Programa Cartão Reforma. Foram vetados o artigo que estipulava a reserva de 20% dos recursos para famílias da zona rural e o trecho que atribuía ao governo federal a definição de limites para assistência técnica.

Em primeira votação, os deputados mantiveram o veto, mas houve uma segunda votação por decisão de Eunício, atendendo ao pedido dos líderes para que pudessem

orientar os parlamentares. Na nova votação, os deputados derrubaram o veto, mas os senadores o mantiveram.

O veto parcial (VET 49/2016) ao Projeto de Lei da Câmara 97/2015, que reconhece a profissão de designer de interiores, foi mantido, impedindo que se exija desses profissionais certificado de curso técnico e diploma de nível superior.

Por último, foi rejeitado o Veto 3/2017, que permite às

empresas contratantes de jovens aprendizes matriculá-los em cursos técnicos na área esportiva. O veto barrou a possibilidade de as empresas destinarem até 10% de sua cota de contratação desses jovens à formação técnico-profissional relacionada a práticas de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura.

Outros quatro vetos foram mantidos (veja quadro ao lado).



Senadores e deputados divergem durante a sessão que avançou no destrancamento da pauta do Congresso

Pedro Franco/Agência Senado

Outros vetos

VETO 12/2017 (PARCIAL)

Veto ao Projeto de Lei do Senado 288/2013, da Lei de Migração. Foram vetados 18 trechos, sendo o principal o que anistia imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizerem o pedido até um ano após o início de vigência da lei e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. Outro trecho vetado foi a livre circulação de indígenas e populações tradicionais entre fronteiras.

VETO 9/2017 (TOTAL)

Veto integral ao Projeto de Lei do Senado 464/2011, que acabava com o limite de 90 dias para a suspensão das atividades de estabelecimentos envolvidos na falsificação, adulteração ou alteração de medicamentos e cosméticos.

VETO 5/2017 (PARCIAL)

Veto ao Projeto de Lei da Câmara 33/2014, que estabeleceu medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos de reunião de público. Um dos vetos foi à proibição do uso de comanda para controle do consumo dos clientes, assim como à criminalização dos donos de estabelecimentos.

VETO 2/2017 (PARCIAL)

Veto ao Projeto de Lei de Conversão 35/2016 (MP 744/2016), que mudou estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Foram vetados o mandato de quatro anos para a diretoria executiva da empresa e a permissão ao Comitê Editorial e de Programação para decidir sobre planos editoriais propostos do veículo.

Embates entre parlamentares estenderam duração da sessão conjunta

A sessão de ontem do Congresso registrou momentos de tensão entre os parlamentares. De manhã, deputados da oposição reclamaram da condução dos trabalhos pelo presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira.

Quando Eunício abriu o painel de votação, deputados disseram que não havia quorum. O deputado Bohn Gass (PT-RS) disse que a Constituição exige 256 deputados, mas havia 156. O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) apresentou questão de ordem nesse sentido.

Eunício respondeu que a votação não seria encerrada até que o quorum fosse atingido, mas o painel ficaria aberto para que se iniciasse a votação. Ele citou decisão do STF segundo a qual o quorum de uma vo-

tação só é computado com o resultado final. Os deputados anunciaram que iriam recorrer à CCJ da Câmara.

À noite, o deputado Weverton Rocha (PDT-MA) pediu para falar como líder num encaminhamento de votação. O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que presidia na ocasião, negou o pedido e cortou o microfone.

Parlamentares da oposição foram à mesa para fazer uma reclamação. Eunício, que reasumiu o comando, suspendeu os trabalhos por dez minutos. Quando a sessão foi retomada, Eunício questionou o comportamento de alguns parlamentares.

— Este presidente não tem medo de cara feia, muito menos de gritos ou agressões.

O vice-líder da Minoria, deputado Silvio Costa (PTdoB-PE), classificou de equivocada a forma como Eunício se dirigiu aos parlamentares.

— Você precisa respeitar esta Casa. Não pode chegar de forma truculenta e tomar a fala de um líder partidário.

Weverton Rocha fez nova reclamação a Eunício:

— Vossa Excelência está se comportando como ditador.

Eunício revelou que, momentos antes, o deputado havia arremessado um livro contra a mesa do Congresso:

— Ditador é Vossa Excelência, que jogou um livro aqui em cima. Vossa Excelência tem que respeitar a Mesa. Vossa Excelência será representado no Conselho de Ética.

Posteriormente, Eunício

afirmou que não mais representaria contra o deputado.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) criticou a presença de policiais legislativos no Plenário da Câmara durante a sessão:

— Nunca tivemos uma sessão do Congresso com 30 seguranças do Senado armados.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) rebateu e lembrou que a Mesa do Senado foi ocupada por senadoras contrárias à reforma trabalhista.

— O orador que me antecedeu faz crítica ao presidente, mas parece ter esquecido o dia 11 de julho, quando a Mesa do Senado foi tomada por uma invasão. Durante o dia inteiro, o Senado foi fechado violentamente. A memória de certos parlamentares é fraca.

Vai ao Plenário do Congresso novo déficit fiscal de R\$ 159 bilhões

O projeto que altera o déficit fiscal para R\$ 159 bilhões, tanto para 2017 quanto para 2018, foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), ontem à noite. Os 17 destaques apresentados foram rejeitados. O texto (PLN 17/17) recebeu parecer favorável do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) e deverá ser votado hoje pelo Plenário do Congresso, em sessão prevista para 13h, segundo o presidente da CMO, senador

Dário Berger (PMDB-SC).

Com a decisão, prioritária para o governo fechar as contas dos dois anos, as metas fiscais ampliam o déficit deste ano, que era de R\$ 139 bilhões autorizado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 13.408/2016), em R\$ 20 bilhões, e aumenta mais R\$ 30 bilhões em relação ao aprovado na LDO de 2018 (Lei 13.473/2017), que previa R\$ 129 bilhões.

Ontem deputados e senadores também conheceram a redação do projeto que altera a LDO de 2018. O texto, que será publicado no *Diário Oficial da União* de hoje, retoma dispositivos vetados por Temer.

Um deles permite emendas ao Orçamento com valores a partir de R\$ 100 mil para concluir obras, como no texto aprovado pelo Congresso. O piso atual é de R\$ 250 mil.

Com Agência Câmara



Senador Dário Berger, ao lado do deputado Bohn Gass, preside a CMO

Marcos Oliveira/Agência Senado

Avançam duas indicações para Banco Central

Paulo Sérgio Souza e Maurício Moura, que podem se tornar diretores do BC, defenderam medida que permite ao banco firmar acordos de leniência. Nomes irão ao Plenário

DOIS INDICADOS PARA a diretoria do Banco Central (BC), Paulo Sérgio Neves de Souza e Maurício Costa de Moura, foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) após sabatina. Cada um deles teve 14 votos favoráveis e 1 contrário. As mensagens presidenciais com as indicações agora vão a Plenário para decisão final.

Os dois servidores foram inquiridos, entre outros temas, sobre a medida provisória que dá ao BC poder para sancionar administrativamente irregularidades nos mercados financeiros e de bolsas, ainda em análise no Congresso. Além de aumentar as multas, a MP 784/2017 permite que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) façam acordos de leniência com empresas que cometerem ilegalidades.

Os candidatos apontaram avanços na legislação e descartaram a hipótese de colisão institucional entre o BC e o Ministério Público, que detém a competência para propor punições na esfera penal.

Paulo Sérgio de Souza salientou que o BC, ao participar da elaboração da MP, limitou o foco nas sanções administrativas. Garantiu que, diante de indícios de infrações penais, o Ministério Público será obrigatoriamente informado, o que já teria ficado claro no diálogo mantido entre as duas instituições. Maurício Moura, além de reforçar isso, disse que senadores e deputados

podem aperfeiçoar o texto da MP para que nenhuma dúvida permaneça.

Para Souza, o marco legal anterior à MP tem lacunas que permitem o questionamento judicial das punições administrativas aplicadas. Além disso, disse haver distorções significativas em relação às multas: a fiscalização pode eventualmente sancionar em R\$ 1 milhão um consórcio pequeno, mas ser limitada a penalizar um grande banco em apenas R\$ 250 mil. Souza admitiu, contudo, que as novas multas, no teto de R\$ 2 bilhões, estão aquém das que podem ser aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ou as que têm por base a Lei Anticorrupção.

Juros

Souza avaliou positivamente a evolução da economia do país, com sinais de melhora no quadro de confiança dos agentes econômicos. Segundo ele, ações do governo e do BC permitiram a retomada de “sólido” processo de redução da inflação corrente e de ancoragem das expectativas dos agentes econômicos na meta oficial, o que vem permitindo a redução da taxa básica de juros, a Selic. Ele observou ainda que o Conselho de Política Monetária (Copom) tem sinalizado com clareza a respeito da intensidade e da duração do ciclo de relaxamento monetário.

— Creio que o Copom, na medida do avanço dessa



Indicados, Maurício Moura e Paulo Sérgio Souza são sabatinados na CAE, presidida pelo senador Tasso Jereissati

análise do cenário de riscos e do cenário básico, tomará as melhores decisões no sentido da continuidade desse relacionamento.

Vários senadores lembraram que o país tem as taxas de juros mais elevadas do mundo, em níveis que desmotivam os investimentos e impedem o país de crescer. Em resposta, Maurício Moura observou que se deve olhar com maior atenção as taxas reais (descontada a inflação) esperadas para períodos futuros (ex-ante), as que mais importam, afirmou, para os investimentos.

Segundo ele, os valores estão num nível historicamente baixo, entre 3,1% a 3,4% ao ano, em comparação com o final da década de 90, quando a taxa real ex-ante era cerca de 20% ao ano.

Foi também assunto da

sabatina a MP 777/2017, que fixou a Taxa de Longo Prazo (TLP) para remunerar os contratos de financiamento do BNDES a partir de 2018.

Em substituição à TJLP, a TLP se aproxima das taxas do mercado, encarecendo o financiamento de longo prazo para indústrias, máquinas, equipamentos e infraestrutura.

Longo prazo

Se os senadores se dividiram sobre a conveniência da mudança, os indicados foram afirmativos em defender a nova taxa como medida estrutural decisiva para melhor enquadramento fiscal e para baixar os juros no país.

Para Maurício Moura, a nova TLP contribui para melhoria do ambiente de negócios, com menor direcionamento de

recursos oficiais subsidiados para financiar investimentos, com alívio para o Tesouro. Por outro lado, argumentou, a medida estimulará maior fomento à participação privada no crédito a longo prazo. A seu ver, o resultado será a redução das taxas de juros, de modo geral, beneficiando a economia como um todo. É por isso, observou o indicado, que o BC tem sido um “defensor tão veemente” dessa proposta.

— De fato, a TLP reduz a “meia entrada”, reduz subsídios implícitos, o que não implica que sejam impedidos quaisquer tipos de subsídios daqui para frente. Subsídios poderão continuar sendo concedidos, mas de forma explícita, de forma transparente, no decorrer da discussão do processo orçamentário do Brasil.

Comissão vota hoje MP sobre acordo de leniência com bancos

A medida provisória que regulamenta os acordos de leniência do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com instituições financeiras que praticaram crimes recebeu voto favorável da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA). Como foi concedida vista coletiva, o presidente da comissão mista que analisa a medida, senador Lasier Martins (PSD-RS), suspendeu a reunião e agendou a retomada para as 14h30 de hoje, quando será votado o relatório.

A MP 784/2017 amplia os poderes punitivos do BC e da CVM no caso de infrações administrativas. Em um acordo de leniência, a colaboração poderá diminuir as penalidades aplicáveis em até dois terços e até mesmo extinguir processos em curso. Além disso, a MP aumenta de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões o valor das multas que poderão ser aplicadas às instituições financeiras.

Ou seja, BC e CVM poderão assinar acordo de leniência com pessoas físicas ou jurídicas “que confessarem a prática de infração às normas legais ou regulamentares cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar”. As instituições financeiras ficarão obrigadas a fazer “efetiva, plena e permanente colaboração para a apuração dos fatos”.

O objetivo do acordo de leniência é permitir à autoridade reguladora obter provas mais robustas para a adoção

das medidas coercitivas no âmbito administrativo.

A MP institui o Fundo de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional e Inclusão Financeira — constituído com os recursos a serem recolhidos pelo BC em decorrência da assinatura de termos de compromisso — a ser administrado pela própria autarquia. Já a CVM terá o Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários.

Outra medida é a mudança

da fase recursal dos processos administrativos abertos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que saem da esfera de decisão do Ministério da Fazenda e passam para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, um órgão colegiado. No relatório, Lídice acolhe na íntegra 5 das 97 emendas apresentadas por deputados e senadores. Outras 28 emendas foram acatadas parcialmente pela relatora.

Audiências

A comissão realizou três audiências públicas desde que foi instalada. Foram ouvidos representantes do governo e da iniciativa privada, investidores, servidores, juristas e representantes dos bancos, entre outros. “O novo marco regulatório permitirá ao Banco Central coibir de forma mais eficaz a repetição ou a perpetração de práticas como a realização de operações finan-

ceiras irregulares, fraudes em instituições financeiras que as levem à liquidação extrajudicial ou a outras formas de resolução”, afirma a senadora em seu relatório.

Entre as mudanças que constam no projeto de lei de conversão sugerido por Lídice ao final de seu relatório, estão a publicização dos acordos apenas após sua homologação, para não atrapalhar as negociações; o afastamento da possibilidade de sigilo após a assinatura do termo de compromisso; dever legal de comunicação ao Ministério Público a respeito dos termos do compromisso; e demais ajustes de redação, clareza e precisão do texto.

O projeto também deixa explícita a liberdade de acesso do Ministério Público aos fatos apurados pelo BC e pela CVM com indícios de crime, inclusive nos casos envolvendo sigilo no termo de compromisso e no acordo de leniência.



Lasier Martins preside a comissão, que votará hoje o relatório de Lídice

Privatizações serão temas de audiências em comissão

Foram aprovados ontem requerimentos para ouvir ministros sobre privatizações de estatais, como a Eletrobras, anunciadas pelo governo. Entre os convidados, está o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimentos de convite a quatro ministros para que expliquem aos senadores detalhes das ações de privatização anunciadas recentemente pelo governo federal. Serão convidados os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo Oliveira, de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco. Os requerimentos são do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que criticou a intenção do presidente Michel Temer de passar à iniciativa privada o controle de estatais como Eletrobras e Casa da Moeda.

— Esse programa de privatização está sendo feito às pressas para resolver problemas do resultado primário. Essa discussão tem que ser feita com rigor, e o Parlamento precisa se debruçar sobre o tema — argumentou Lindbergh.

Inicialmente, a intenção do senador era convocar os ministros, mas, a pedido do presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), as convocações foram transformada em convites.

A CAE já havia aprovado requerimentos de audiências públicas com Dyogo Olivei-



Para Lindbergh, a privatização está sendo feita às pressas e sem rigor

ra, Fernando Coelho Filho e Henrique Meirelles. Por isso, três dos requerimentos de Lindbergh foram adicionados aos mais antigos. Assim, além do tema privatização, os ministros vão abordar também os seguintes assuntos: meta fiscal, situação da Eletrobras e sistema tributário.

Aplicativos

A audiência com o ministro de Minas e Energia sobre privatização da Eletrobras será em conjunto com a Comissão de Infraestrutura (CI).

Outras duas audiências públicas foram aprovadas nesta

quarta pela CAE. Uma delas, a pedido do senador Pedro Chaves (PSC-MS), é para avaliar a situação dos aplicativos de transporte de passageiros.

O debate será feito em conjunto com outras quatro comissões: de Ciência e Tecnologia (CCT), de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Infraestrutura.

A pedido de Cristovam Buarque (PPS-DF), a CAE realizará também um debate sobre o PLS 254/2013, que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cfem).

Ministro explicará planos de venda da Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, estará no Senado para esclarecer dúvidas dos senadores sobre a proposta de privatização da Eletrobras, anunciada pelo governo neste mês. Um requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI).

A reunião, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ainda não tem data.

Os senadores querem saber o impacto que a mudança no sistema trará, especialmente para o preço da energia cobrada da população. Há um temor de que as tarifas subam drasticamente.

Segundo Jorge Viana (PT-AC), a União deixará de ter a maioria das ações em 114 termelétricas, 69 eólicas e 47 hidrelétricas e é preciso analisar quais são os reais ganhos e perdas com essa decisão.

Na reunião, os senadores deverão discutir o tipo de operação que o governo fará para vender as ações da empresa.

O requerimento aprovado foi apresentado pela senadora Va-



Governo federal anunciou neste mês proposta de privatizar Eletrobras

nessa Grazziotin (PCdoB-AM) e teve o apoio dos senadores Jorge Viana (PT-AC), Hélio José (PMDB-DF) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que sugeriu a reunião em conjunto com a CAE.

Agência reguladora

Durante a reunião, foi lido o relatório sobre a indicação de José Cesário Cecchi para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A sabatina do indicado foi marcada para o dia

12, com previsão de votação em Plenário no mesmo dia.

O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), destacou que Cecchi tem “elevado conceito no campo de especialidade do cargo”. Ele é economista, mestre em engenharia nuclear e doutor em engenharia de produção. Atua no setor e na própria ANP há muitos anos.

“Ele tem competência e conhecimento na área de biocombustíveis e gás, que acumulou em sua trajetória de vida”, frisou Caiado no relatório.

Senadores vão debater hoje Plano Safra para 2017–2018

O Plano Agrícola e Pecuário 2017–2018 é o tema da audiência pública a ser realizada hoje, às 14h, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O pedido para a audiência é de Ivo Cassol (PP-RO), presidente da CRA. Foram convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O Plano Safra é lançado anualmente pelo governo federal e trata desde questões relativas ao crédito rural até gerenciamento de riscos para o agronegócio. Em junho, o presidente Michel Temer anunciou R\$ 190,2 bilhões de recursos, valor que supera os R\$ 185 bilhões oferecidos para o período 2016-2017.

Com a previsão de mais um recorde de safra — aproximadamente 232 milhões

de toneladas de grãos —, um problema antigo pode ser acentuado: a capacidade de armazenamento do setor. Esse assunto deve ser discutido na reunião.

Os juros cobrados em financiamentos também devem ser questionados. Dessa vez, houve a redução de um ponto percentual ao ano nas linhas de custeio e investimento e de dois pontos nos programas voltados à armazenagem e inovação tecnológica. Em discurso no Plenário, Kátia Abreu (PMDB-TO) disse que a queda foi insuficiente, principalmente num cenário de baixa da taxa Selic. Kátia foi ministra da Agricultura no governo Dilma Rousseff e presidente da CNA.

A sociedade pode participar da audiência pelos canais de interatividade do Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão analisa projeto sobre proteção de dados de consumidor

Comerciantes podem ser impedidos de inserir, sem comprovação de um contrato ou prestação de serviços, dados negativos sobre os consumidores em órgãos de proteção ao crédito. Projeto com objetivo de proteger os dados dos compradores está na pauta da Comissão de Transparência, Governança Pública, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) de hoje.

O texto (PLS 243/2014), de Waldemir Moka (PMDB-MS), estabelece as mesmas exigências no caso de eventual tentativa de cobrança de débito. Declarações unilaterais do vendedor não farão prova de realização de contrato.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou voto favorável, mas com emenda para explicitar as formas de manifestação de vontade do consumidor no ambiente não presencial. Pelo projeto, deverá ser assegurada a comprovação da contratação do serviço ou a aquisição do produto por meio de biometria, assinatura eletrônica, digitação de senha ou de código de autenticação emitido por dispositivo pessoal e intransferível.

O projeto será votado em caráter terminativo e, caso aprovado, segue para a Câmara, a menos que haja recurso para análise no Plenário.

A CTFC também deverá votar substitutivo do PLS 544/2011, que visa dar mais segurança a quem participa

de intercâmbio de estudo ou de trabalho no exterior.

O projeto estabelece que as agências que oferecem oportunidades de intercâmbio informem nos contratos, em língua portuguesa, os meios de hospedagem, detalhando aspectos como localização, características da habitação, infraestrutura, preço e a quantidade máxima de pessoas no quarto.

Trabalho

No caso de intercâmbio que envolva a prestação de trabalho no exterior, as informações devem conter dados detalhados sobre a duração, a remuneração, a carga horária e as atribuições a serem desempenhadas pelo intercambista.

Na justificativa do projeto, a autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirma que a imprecisão nas informações tem causado situações constrangedoras, com intercambistas chegando a enfrentar condições sub-humanas de moradia e trabalho. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi aprovado substitutivo determinando a inclusão das novas regras na lei que instituiu a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/2011).

O relator, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), é favorável. Ele propôs uma emenda para que disposições possam valer também para intercâmbios culturais, não apenas de estudos.

Debate: cadastro rural ajuda a manter florestas

Implementado há cinco anos, Cadastro Ambiental Rural é visto, por especialistas, como melhor ferramenta para reduzir desmatamento e ajudar gestão florestal

O CADASTRO AMBIENTAL Rural (CAR) é a ferramenta do século no combate ao desmatamento, disse ontem o diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Luciano Evaristo. Ele participou de audiência sobre os cinco anos de vigência do Código Florestal, promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

— O CAR exorciza os fantasmas da floresta porque começam a aparecer os autores do desmatamento. Os órgãos de persecução criminal agradecem, houve queda das quadrilhas do crime organizado. O CAR é a carteira de identidade da propriedade, diz quem desmatou — afirmou.

Em 2017, disse Evaristo, já foram aplicados R\$ 2,4 bilhões em multas e quase 5 mil atos de infração, com embargo de 150 mil hectares de áreas em todo o país. Ele reconheceu que algumas multas não são pagas em razão de recursos judiciais, o que não impede de serem cobradas pelo governo “até o fim”. E defendeu que o instrumento do embargo é o que segura o desmatamento, “porque inibe o crédito a quem faz derrubada ilegal



Debatedores ouvem o diretor do Ibama Luciano Evaristo defender instrumento ambiental, em audiência da CMMC, presidida por Viana (C)

de vegetação nativa”.

Para Evaristo, muitas áreas embargadas antes de julho de 2008 continuam nessa condição porque a maior parte dos estados não instituiu o Programa de Regularização Ambiental (PRA), o que prejudica o combate ao desmatamento.

Gestão florestal

Presidente da comissão mista, o senador Jorge Viana (PT-AC) também cobrou dos estados o cumprimento das novas normas ambientais.

— Se os estados não normatizarem, vamos ter dificuldades na implementação do código. Os estados são parte disso e entram na parte melhor, que é trazer a floresta de volta, trazer a recomposição de nossos recursos naturais que são fundamentais para

tudo, inclusive para a nossa agricultura — afirmou.

Diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Raimundo Deusdará Filho disse que o CAR está mudando a cara da gestão florestal e territorial do Brasil e que isso se deve ao Congresso, que aprovou em 2012 a criação do mecanismo, implementado em 2014.

Secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, Roberta del Giudice disse que hoje 14 estados já contam com plano de regularização ambiental. Para ela, o CAR de médios e grandes proprietários não pode ser prorrogado de forma irrestrita, uma vez que a prática poderia inviabilizar a implementação da norma.

Representante da Embrapa, Giam-paolo Queiroz disse que a estatal vem

investindo para estabelecer um programa de ação de pesquisa em mudanças climáticas, com foco na modelagem de impactos futuros e em ações de integração entre lavoura, pecuária e floresta. Ele destacou o programa sobre uso da terra e o zoneamento de riscos climáticos, que vem sendo aprimorado, com a oferta de sistemas de integração para os estados.

Requerimentos

A comissão aprovou ontem requerimentos de audiência pública sobre o protagonismo do Brasil na implementação do Acordo de Paris, de conservação do clima; a participação do Brasil na conferência climática COP-23; e o impacto da crise hídrica no vale do Rio São Francisco.

ONG cobra do governo regulamentação de cotas ambientais

O impacto das compensações ambientais no Brasil foi debatido ontem em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Os participantes destacaram que o Código Florestal não poderá ser colocado em prática como deve sem a regulamentação das cotas de meio ambiente.

As cotas de reserva ambiental são títulos que representam uma área de vegetação nativa em propriedades rurais. Os proprietários com excesso de reserva legal podem negociar esses papéis com quem tenha menos área de reserva do que exige o Código Florestal.

Durante o debate, o senador Pedro Chaves (PSC-MS) quis saber como seriam feitas as compensações tendo em vista a diversidade de biomas no Brasil.

— O governo federal já determinou as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Além disso, devemos levar em consideração a importância ecológica de uma região e o



Wellington, vice-presidente da comissão, conduz audiência sobre compensação ambiental

risco e as pressões por desmatamento a que estão submetidas — afirmou.

Representantes do Ministério do Meio Ambiente e de organizações não governamentais explicaram que o ideal será o próprio mercado definir valores de compensação pela lei de oferta e procura.

A secretária-executiva do Obser-

vatório do Código Florestal, Roberta del Giudice, afirmou que as cotas de reserva ambiental são fundamentais para o cumprimento da legislação.

— Quanto mais demorarmos para termos esse instrumento sendo utilizado, mais tempo a vamos demorar para implementar o Código Florestal — ela alertou.

Audiência conjunta debaterá revitalização do Rio Parnaíba

A revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba será tema de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Desenvolvimento Regional (CDR), por requerimento de Regina Sousa (PT-PI) aprovado ontem na CMA.

Serão convidados representantes das Secretarias de Meio Ambiente do Piauí e do Maranhão, da Codevasf, do Ministério do Meio Ambiente, da Associação Piauiense dos Prefeitos (APPM) e da Fundação Rio Parnaíba (Furpa). A região hidrográfica do Parnaíba é a segunda mais importante do Nordeste. Atinge 280 cidades em uma área de 344.112 km².

A CMA também analisa o PLS 67/2017, de Elmano Férrer (PMDB-PI), que define normas gerais para revitalizar a bacia hidrográfica do Rio Parnaíba. O projeto aguarda parecer do relator, Roberto Rocha (PSB-MA).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Gastos com Previdência vão subir, diz relator

Relator na Câmara da reforma do setor, o deputado Arthur Oliveira Maia disse que a Previdência gasta 55% do Orçamento da União e pode passar a gastar 82% até 2024

O RELATOR DA reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), disse que os gastos previdenciários podem saltar dos atuais 55% para 82% do Orçamento da União até 2024, descontado o pagamento dos juros da dívida. Em audiência pública na CPI da Previdência ontem, o deputado defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma (PEC 287/2016), que já passou por uma comissão especial de deputados e aguarda votação no Plenário da Câmara.

— Em 2024, 82% de todo o orçamento primário seria destinado à Previdência, sobrando apenas 18% para todas as demais despesas do país: educação, saúde, segurança, investimento, salário dos servidores e por aí vai. Essa escada destruirá muito em breve qualquer possibilidade de funcionamento razoável dos serviços públicos — afirmou.

O relator da CPI da Previdência, Hélio José (PMDB-DF), criticou a reforma proposta pelo Poder Executivo. O senador disse que, antes de sugerir mudanças nas regras atuais, o governo deveria cobrar as dívidas das empresas e do setor público com o INSS. O calote é estimado em R\$ 500 bilhões.

— Por que os empresários dos ramos de frigoríficos, transportes, indústria e escolas particulares não estão pagando à Previdência? Prefeituras e estados também ficam empurrando com a barriga para não pagar. Aí, o pobre coitado do assalariado, do servidor público, do aposentado é penalizado — disse.



Os senadores Hélio José e Paim, relator e presidente da CPI, ouvem o deputado Arthur Maia, que relatou na Câmara a PEC da reforma da Previdência

Maia rebateu. De acordo com o relator da reforma na Câmara, mesmo que fosse paga, a dívida não seria suficiente para cobrir o déficit da Previdência.

— Desses R\$ 500 bilhões que são devidos, é possível apurar apenas R\$ 200 bilhões. O restante é de empresas que não existem mais. Se esses R\$ 200 bilhões fossem pagos hoje, daria para custear a Previdência em agosto, setembro e outubro. Apenas três meses. O governo vai gastar R\$ 800 bilhões com a Previdência em 2017. Portanto, essa questão da dívida não serve de resposta ao problema — afirmou.

Servidores públicos

Maia classificou como “uma distorção” o fato de, segundo ele, os servidores públicos receberem salários “muito acima” da média nacional. Ele defende que os funcionários dos três Poderes sejam submetidos às mesmas regras dos trabalhadores da iniciativa privada.

O deputado sugeriu que estados e municípios adotem um regime que já vale para servidores federais admitidos

a partir de 2013, que têm a aposentadoria limitada ao teto do INSS.

— Os estados estão quebrados. É necessária uma reforma que obrigue estados e municípios a entrar na mesma regra do governo federal. Além disso, tem que aumentar a idade. Não é justo que um trabalhador do campo, que trabalha todo dia de sol a sol, se aposente aos 60 anos, e o funcionário público, no gabinete com ar-condicionado, se aposente aos 57 anos. Essas mudanças têm que ser colocadas — disse.

Retroatividade

Hélio José discordou. Ele explicou que as mudanças adotadas a partir de 2013 vão resolver o déficit no regime especial dos servidores públicos “ao longo dos próximos anos”. O relator da CPI da Previdência disse que, se o governo insistir nas mudanças, será derrotado no Senado.

— A reforma só pode abranger quem vai entrar no mercado de trabalho, e não quem está para trás. Essa reforma não foi discutida com a sociedade e chega abruptamente.

Menos da metade da bancada do PMDB apoia essa reforma da Previdência — disse o senador.

Mudanças no relatório

Maia expôs aos senadores as principais mudanças aprovadas pela comissão especial. A idade mínima para a aposentadoria passa a ser de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

A proposta original do governo estabelecia a aposentadoria do trabalhador rural com 25 anos de contribuição e 65 anos de idade. Os deputados mantiveram os atuais 15 anos de contribuição, com 60 anos de idade para homens e 57 anos para mulheres.

O texto do governo não previa aposentadorias especiais. A comissão da Câmara concedeu o benefício aos policiais aos 55 anos e aos professores aos 60 anos.

O Palácio do Planalto queria proibir o acúmulo de aposentadorias e pensões. A Câmara cedeu para permitir o pagamento conjunto até o limite de dois salários mínimos. A medida alcança 65% dos beneficiários do Regime

Geral de Previdência Social.

A proposta original acabava com a vinculação entre o salário mínimo e o Benefício de Prestação Continuada. A comissão especial manteve a paridade.

Audiências públicas

O presidente da CPI da Previdência, Paulo Paim (PT-RS), confirmou para o dia 14 de setembro uma audiência pública da comissão na Assembleia Legislativa de São Paulo, sobre os grandes devedores do INSS.

No dia 21 de setembro, os senadores têm audiência pública em Brasília. Foram convidados representantes do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Polícia Federal, do Ministério do Trabalho e da Receita Federal.

Na primeira semana de outubro, ocorre a última audiência da CPI. Foram convidados os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. A comissão encerra os trabalhos no dia 6 de novembro.

Para senador, projeto do Estatuto do Trabalho ficará pronto apenas em 2018

O senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu para 1º de maio de 2018 a primeira versão do Estatuto do Trabalho.

Em audiência pública ontem na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, o senador declarou que 2017 e 2018 serão dedicados à construção de uma proposta que realmente restabeleça os direitos dos trabalhadores.

A subcomissão foi criada dentro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e é presidida pelo senador Telmário Mota (PTB-RR).

Paim, no entanto, afastou qualquer possibilidade de aprovação do documento no Congresso antes de 2019. Isso porque o senador só vê chance de votação da proposta por meio de “um

Congresso e um presidente da República decentes”, eleitos no próximo pleito.

Os especialistas que participaram da audiência protestaram contra a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional e citaram como exemplo experiências malsucedidas verificadas em países como Espanha e México.

Mercado de consumo

A pesquisadora da Unicamp Marilane Oliveira Teixeira condenou o argumento do governo de que a reforma trabalhista amplia a competitividade da indústria brasileira. Ela explicou que as mudanças, além de aumentarem a insegurança com a precariedade do trabalho, vão diminuir o mercado de consumo pela redução da demanda.

Marilane lembrou que 65% da riqueza nacional é resultado do consumo das famílias, enquanto as exportações participam com apenas 12%.

A juíza do Trabalho Luciana Paula Conforti lembrou que as reformas trabalhista e previdenciária realizadas na Espanha e no México já demonstraram “efeitos desastrosos no mercado de trabalho”. No caso do México, segundo a juíza, as medidas resultaram no aumento da informalidade e deixaram fora da Previdência Social 77% dos idosos.

— De 2008 a 2014, a taxa de pobreza chegou a 39% da população e, a de indigência, a 12% — afirmou.

Para o presidente da Confederação Iberoamericana de Inspectores do Trabalho, Sérgio Voltolini, a reforma

trabalhista da Espanha, que serviu de exemplo para a brasileira, criou no período de cinco anos apenas 300 mil empregos, enquanto os salários médios caíram de 26 mil euros para 25 mil euros.

Audiências

Também participaram da audiência pública representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Ministério Público do Trabalho no estado do Rio de Janeiro.

Segundo Paim, todas as palestras apresentadas nas audiências públicas serão reunidas em um documento para subsidiar a elaboração do Estatuto do Trabalho.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Giovanni Nanni, Luciana Yuki, Edison Lobão, Juliana Loss, Rodrigo Gonçalves e Alessandra Balestieri em debate

Lobão consultará STF sobre esforço para sanar conflitos

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania disse em audiência que espera que o tribunal manifeste seu interesse na criação de uma Semana Nacional da Resolução de Conflitos

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PMDB-MA), deve se reunir com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, para que a Suprema Corte possa manifestar seu interesse na criação de uma Semana Nacional da Resolução de Conflitos.

A revelação foi feita por Lobão ao final da audiência pública que debateu ontem a apresentação ao Congresso Nacional de uma proposta com esse objetivo, que também recebeu o apoio de outros setores do Judiciário e da academia durante o debate.

— A ministra Cármen Lúcia me disse que tem total interesse nesta matéria. Tanto que já acertamos um encontro de trabalho sobre esse assunto, quando ela me oferecerá dados, números e informações sobre a situação do Poder Judiciário e poderá registrar mais uma vez seu entusiasmo com a proposta — disse o senador.

Lobão ainda afirmou ter conversado ontem por telefone com o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor-geral da Justiça Federal, quando ele também manifestou sua posição favorável à matéria.

Aprovação popular

A juíza Luciana Yuki, coordenadora do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), apresentou um levantamento feito com mais de 23 mil demandantes no ano passado, indicando um alto grau de satisfação com a abordagem alternativa que busca evitar o litígio judicial.

— Em relação aos grandes demandantes, por exemplo, 81% avaliaram que a tentativa

de acordo foi válida. Nesses casos, os índices de acordos foram de 30%. Ou seja, a efetivação ou não do acordo não está vinculada diretamente à satisfação do usuário, pois ele avalia que a experiência é válida por abrir um diálogo com a outra parte — disse.

A mesma pesquisa revela índices superiores a 90% de satisfação com a conciliação mediada e que 80% se sentiram “mais cidadãos” ao participarem ativamente da efetivação de acordos fora do litígio judicial.

Conclusão

Números que no entender da juíza contrastam fortemente com o mais recente levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indicando que mais de 60% dos cidadãos julgam o atendimento judicial em geral como “lento”. Esse número sobe para 87% quando é avaliado especificamente se a conclusão dos processos se dá dentro do prazo.

— Isso é muito preocupante, porque penso que o Judiciário tem se perdido um pouco buscando apenas metas numéricas. Essas metas são importantes, mas ao final temos que avaliar se nosso cliente, o jurisdicionado, está satisfeito. E o próprio CNJ deixa claro que a imagem do Judiciário não é boa — aponta Luciana Yuki.

A juíza ainda trouxe dados demonstrando que no ano passado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) do TJDFT homologou acordos em número equivalente ao de oito varas cíveis, explicitando a relevância da abordagem alternativa para desafogar o Judiciário.

Também com base em números oficiais do CNJ, a magistrada mostrou que o tempo médio de tramitação dos

processos, apenas na primeira instância, já chega a 11 anos, somando as fases de conhecimento e execução.

— Ou seja, pelo método tradicional, com certeza não vamos melhorar a prestação de serviços. Não adianta aumentar o número de cargos, varas e juízes, é preciso oferecer um sistema de várias portas — afirmou, referindo-se à mediação, conciliação e arbitragem.

Nas Justiças estaduais, o índice de conciliação hoje é de cerca de 10%. Por isso, Yuki aprova o estabelecimento da semana nacional, pois parte da resistência aos métodos “autocompositivos” parte de setores do próprio Judiciário, que temem menos empregos na área. Temor analisado pela juíza como “excessivo”, pois, segundo ela, as mediações não excluem a atuação jurisdicional tradicional.

Vice-presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), Giovanni Ettore afirmou que o Brasil já possui hoje legislações apropriadas no que se refere tanto à arbitragem quanto à mediação.

Mudança cultural

Ele avalia que o desafio agora se dá mais na questão cultural, portanto a criação de uma semana nacional focada na temática também possui o apoio da entidade. Manifestação semelhante à da coordenadora do Núcleo de Mediação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Juliana Loss,.

De acordo com a advogada Alessandra Balestieri, que foi quem apresentou a ideia a Lobão, a semana ocorreria todos os anos durante a terceira semana do mês de outubro, como já fazem os Estados Unidos, Espanha, Portugal e outras nações, a maioria europeias.

Ponte perto do Grêmio poderá se chamar Lupicínio Rodrigues

A ponte sobre o Rio Gravataí na rodovia BR-448, em Porto Alegre, deverá se chamar Lupicínio Rodrigues. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 43/2017, que foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE) e agora vai para o Plenário.

A ponte fica a poucos metros do novo estádio do Grêmio, clube de futebol cujo hino foi composto pelo gaúcho Lupicínio. Do deputado João Derly (Rede-RS), a homenagem exalta a história de vida e o legado de Lupicínio Rodrigues (1914-1974), a quem Derly denomina como “um dos compositores mais originais da música brasileira”.

A discussão propiciou um momento de bom humor, quando a senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora na CE, entoou os primeiros versos de um grande sucesso do compositor: *Se Acaso Você Chegasse*.

Antonio Anastasia (PSDB-

-MG) brincou com a colega: — Não poderia deixar de registrar meus parabéns à relatora, não só pelo relatório, mas especialmente por ter aberto a voz, tão maviosa e tão querida!

Quadrinhos

A CE aprovou ainda o PLC 3/2017, do deputado Roberto Alves (PRB-SP), que confere a Santa Isabel (SP) o título de Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos.

A cidade paulista é terra natal de Mauricio de Sousa, criador dos personagens da Turma da Mônica. O parecer favorável foi do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Foi aprovado ainda o projeto do deputado Sergio Vidigal (PDT-ES) que estabelece 26 de junho como dia de reconhecimento do município de Santa Teresa (ES) como precursor da imigração italiana no Brasil (PLC 51/2016). O relatório pela aprovação foi de Magno Malta (PR-ES) e o projeto segue para o Plenário.



A senadora Lúcia Vânia conduz reunião da Comissão de Educação

Representação no Parlasul vai analisar forma de adesão ao bloco

A reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), prevista para a tarde de ontem, foi cancelada por falta de quorum.

Na pauta da reunião, além de questões de expediente, havia três proposições. A primeira trata do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, Uruguai, em dezembro de 2011 (MSG 262/2016).

Outro projeto estabelece critérios para a apreciação pelo Congresso Nacional de protocolos de adesão ao Mercosul. Do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto (PDS 1/2016) exige um relatório dos impactos positivos e negativos da adesão do novo membro ao bloco, tanto do ponto de vista econômico e social como político.

Haverá também uma exi-

gência do cumprimento pelo Estado aderente dos compromissos democráticos do Mercosul.

Motor elétrico

O terceiro projeto isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por até cinco anos, os automóveis de passageiros de fabricação nacional acionados por pelo menos um motor elétrico, podendo ser à bateria ou híbrido, cujas baterias também possam ser recarregadas a partir de uma tomada.

O projeto (PLS 340/2016), do senador Telmário Mota (PDT-RR), garante o crédito do IPI ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário de países integrantes do Mercosul — por isso, a análise do projeto pela representação parlamentar.